HVMANITAS

[Recensão a] Silva, Maria Oliveira Aparecida da - Plutarco Historiador

Autor(es): Rodrigues, Ália Rosa C.

Publicado por: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/27977>

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/2183-1718_61_29

Accessed : 26-Apr-2023 07:00:50

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

humanitas

Vol. LXI

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

HVMANITAS

Vol. LXI

por objecto e a divulga teria certamente por objectivos, não só revelar à Europa a civilização nipónica, como também revelar ao Japão a civilização europeia.

Os assuntos tratados nos 34 colóquios são os mais variados. Desde a organização militar, social, jurídica ou ainda religiosa da Europa, passando pela descrição de várias manifestações artísticas, de grandes cidades europeias, de universidades, mas também a comparação entre estas realidades na Europa e as equivalentes no Japão. Acontecimentos de relevo como o cerimonial das exéquias do Papa e a eleição do sucessor a que os embaixadores japoneses assistiram na sua permanência em Roma são pormenorizadamente descritos (colóquios XXIV-XXVI). A vida universitária em Coimbra e a descrição desta cidade é tema de um dos colóquios (colóquio XXXI), mas também se dedica atenção extensiva à descrição da China, do seu modo de vida, das suas religiões e à sua comparação com a Europa (colóquio XXXIV).

Em suma, temos agora mais facilitado ainda, a vários níveis, o acesso a uma obra de assinalável interesse, cuja riqueza literária, histórica e cultural está muito longe de se esgotar.

CARLOTA MIRANDA URBANO (Universidade de Coimbra)

SILVA, Maria Oliveira Aparecida da, *Plutarco Historiador*, S. Paulo, Edusp, 2006. ISBN: 8531409209.

Prefaciado por Noberto Luiz Guarinello, professor do Departamento de História da USP, o presente volume constituiu, na sua origem, uma dissertação de doutoramento em História Social apresentada à Universidade de S. Paulo em 2007 pela investigadora.

O estudo de Maria Oliveira Aparecida da Silva coloca-nos perante um desafio inquietante e já antigo: pode Plutarco ser considerado um historiador? Onde termina o discurso filosófico e ético e começa o facto histórico?

Tomando as biografias espartanas como ponto de partida – Licurgo, Lisandro, Agesilau, Ágis IV e Cleómenes –, a A. procura demonstrar como uma análise conjunta destas *Vidas* permite reconstruir a história de uma cidade, Esparta, confundindo-se esta com as biografias dos seus governantes mais notáveis. Assim, a sucessão cronológica destas biografias permite

trazer à luz a linha de evolução e declínio de Esparta num período pré-imperial: o nascimento narrado em *Licurgo*; a vida, em *Lisandro* e *Agesilau*; finalmente, a morte, em *Ágis IV* e *Cleómenes*.

Coerente e objectiva, a estrutura deste estudo apresenta três partes: a biografia e história em Plutarco, a composição das biografias espartanas e a biografia de Esparta, para onde conflui toda a linha de análise. Na primeira parte, a A. apresenta, de forma sintética, o estado de arte dos vários estudos já publicados sobre esta questão, confrontando linhas de investigação e destacando aquela que considera ser a tendência predominante: analisar a biografia plutarquiana de forma autónoma e como exercício retórico, de carácter filosófico e com intuítos moralistas, desvalorizando-se o valor histórico que lhe é inerente tanto em relação ao biografado como em relação à sua própria cidade. Perante esta tendência generalizada, veiculada por estudos mais recentes, a A. oferece uma perspectiva diferente, neutralizando a antiga dicotomia entre biografia e história e reconhecendo validade histórica ao género biográfico: “Assim, ainda que a obra plutarquiana apresenta-se em forma biográfica, em seu conteúdo, observa-se a metodologia de historiador na coleta e seleção das informações” (p. 88). Esta linha de pensamento assenta, com efeito, na análise de A. Momigliano, que considera Plutarco um historiador credível pelo método como tratava as fontes disponíveis e compara as várias versões a que teve acesso (p. 62), perspectiva partilhada por N. I. Barbu³⁰ e G. J. D. Aalders³¹ (pp. 53-4). Nesta medida, as biografias de Plutarco correspondem a um certo tipo de história que coloca o indivíduo no centro do relato, ao contrário da concepção histórica grega que antes fazia a apologia de um evento épico colectivo, ou seja, de cariz político ou bélico. Veremos, porém, que pelo facto de ter como objecto uma individualidade exige necessariamente a descrição de um contexto, pelo que a história de um homem se confunde com a história da cidade, Esparta.

Na segunda parte do estudo, a A. reflecte sobre a forma como o filósofo de Queroneia recupera as fontes – escritos datados entre o período arcaico grego e a época clássica romana, a tradição oral grega,

³⁰ Barbu, N. I. (1933), *Les procédés de la peinture des caracteres et la verité historique dans le biographies de Plutarque* (thèse pour le doctorat en Lettres présentée à la Faculté des Lettres de l’Université de Strasbourg), Paris, Nizet et Bastard, pp. 57, 59, 71, 98, 123.

³¹ Aalders, G. J. D. (1982), *Plutarch’s Political Thought*, Amsterdam/Oxford/New York, North-Holland, p. 5.

estátuas, monumentos, inscrições – e como as integra no relato das *Vidas espartanas*. Neste ponto, é apresentada uma listagem (pp. 78-84) subdividida em fontes do período arcaico, clássico, helenístico e outras, cujos períodos são desconhecidos, que se afigura ser de grande utilidade pela pertinência e pela clareza com que se dispõe a informação. Contudo, a variedade de fontes, o seu confronto e a seriedade no seu tratamento não garantem, à partida, a verdade última dos factos, mas uma explicação verosímil que tem como fim perpetuar uma memória para bem de uma sociedade.

A última parte do estudo remata de forma lógica o percurso iniciado e constitui a parte mais original, pois revela a novidade desta perspectiva e do estudo: Plutarco como historiador de Esparta. As cinco biografias espartanas – Licurgo, Lisandro, Agesilau, Ágis IV e Cleómenes – permitem estabelecer uma diacronia plausível para a história desta cidade, a primeira da Hélade, em demanda das causas que conduziram ao seu declínio.

Conforme relata o filósofo, a vitalidade do governo de Licurgo deve-se não só à educação de governante que o preparou para o poder, como também ao conhecimento adquirido nas viagens sobre a diversidade das outras organizações políticas e legais. Instituições como a *gerusia*, os *kleroi*, a refeição pública ou *syssitia*, a proibição da circulação de moedas de ouro e prata e, mais tarde, os éforos – cuja criação permitiu o fortalecimento da aristocracia romana – foram algumas das suas inovações.

Assim, entre todas as causas apontadas para a degeneração desta sociedade, há uma que é tida como determinante: o progressivo afastamento das leis estabelecidas por Licurgo iniciado no governo de Ágis II, pelo que se adivinha, a partir daí, toda uma sequência trágica até Cleómenes (*Licurgo* 30. 1). Este factor teve efeitos irreversíveis e fatais nesta sociedade: a entrada da moeda e de todos os vícios que estão lhe associados – avareza, luxo e inveja –, os contactos com o estrangeiro gerados pela guerra – desaconselhados por Licurgo – que levaram a questionar a lei espartana, o facto de os dois últimos governantes não provirem de origem aristocrática e, por isso, não terem recebido uma educação adequada para o verdadeiro exercício de poder. Ágis IV e Cleómenes constituíram, por isso, os exemplos acabados desta degeneração. Além disso, as transformações sociais na sociedade espartana conheceram, segundo Plutarco, outra causa não menos importante: a deteriorização da classe dominante, a aristocracia que progressivamente foi desviando o poder real para o cidadão comum (p. 131).

Apesar da linha evolutiva ser delimitada por Licurgo e Cleómenes, existe ainda outro referencial adoptado: a guerra do Peloponeso. Assim, enquanto que o período que antecede a guerra é marcado por uma curva ascendente de prosperidade, naquele que se sucede assiste-se ao declínio, símbolo da decadência do ordenamento jurídico do fundador. A verdade é que, ainda que os governos de Ágis IV e Cleómenes se situem na última fase do declínio, ambos tiveram a consciência de que a solução consistia no regresso às leis ancestrais e aos costumes licúrgicos. Contudo, apesar da justeza dos projectos, nenhum deles era dotado da educação ideal, própria de um governador, tendo-se deixado levar pela tirania de um temperamento inconstante que deitou por terra a proposta inicial. A biografia de Esparta narrada através destas *Vidas* espartanas constitui, assim, a maior fonte sobre Esparta para um período temporal tão abrangente, do período arcaico ao helenístico.

Este entendimento retrospectivo da história da primeira cidade da Hélade não é, a nosso ver, alheio à idiosincrasia política e cultural do autor – contingência humana incontornável –, pelo que cada biografia, mais do que um testemunho histórico, representa também a confluência de vários discursos do domínio da ética e da filosofia que naturalmente influenciaram o relato da biografia de Esparta. Não é, por isso, difícil encontrar um cunho plutarquiano nesta visão: o favorecimento da linha aristocrática e a falta de educação para a política dos governantes são vistas como causas da decadência de Esparta, consequências do esquecimento continuado do ordenamento jurídico do fundador. Contudo, não será este um princípio demasiado apriorístico e arbitrário para determinar e caracterizar um percurso histórico de vários séculos? Além disso, não deixa de ser curioso notar que este ponto de partida assenta não só na (in)existência de Licurgo, como numa visão idealizada dos tempos fundacionais de um governo, sobre o qual abundam mais dados míticos do que factos históricos sendo, por isso, muito discutível. Contudo, ainda assim, o historiador toma Licurgo e a sua obra, do âmbito do mito, como embrião da história de um povo. Não será, por outro lado, o mito o verdadeiro agente desta versão histórica de Esparta?

Com efeito, ainda que esta biografia seja, do ponto de vista quantitativo, um testemunho importante, é forçoso adoptar um olhar crítico em relação à forma como este grego fixa os factos políticos, militares e culturais de Esparta.

Em suma, entre os méritos deste inédito estudo – escrito em língua portuguesa, note-se – contam-se o facto de ter problematizado a dicotomia

antiga entre biografia e história, discutido a posição de Plutarco enquanto historiador e, de forma a demonstrar a viabilidade desta tese, apresenta um estudo de caso(s), de onde se conclui que a análise conjunta das *Vidas espartanas* pode restituír a história dessa cidade.

ÁLIA ROSA C. RODRIGUES (bolseira da FCT / CECHUC)

STAVRU, Alessandro, *Socrate e la cura dell'anima. Dialogo e apertura al mondo*, Milano, Marinotti, 2009, 101 pp. ISBN: 978-88-8273-101-4.

Nella sua terza *Satira*, Persio ci regala una caricatura del filosofo destinata ad avere un'enorme fortuna nel corso dei secoli. Un soldatuccio "della razza dei caproni", portavoce del volgo, vi parla dei filosofi come di coloro che "vanno sempre con la testa bassa e gli occhi ficcati per terra, masticando fra sé e sé, in un rabbioso silenzio, tra continui borbottii, mentre, sporgendo il labbro, vi appendono le parole come se volessero pesarle a una bilancia". Una condanna, questa, rivolta al *proprium* della filosofia, vale a dire alla sua dimensione speculativa, la quale rischia di trasformarla in un'attività inutile e misantropa, tale da allontanare l'uomo dalla realtà. Lo stesso Persio non manca tuttavia di rilevare che è proprio nella realtà concreta che la filosofia prende vita, poiché può svelare "che cosa siamo, per quale ragione viviamo, quale posto ci è dato nel mondo [...], quale misura dobbiamo concedere alla ricchezza, che cosa è bene desiderare" (67-69). Un'attività, quella filosofica, totalmente rivolta all'uomo, che vi riconosce una guida in grado di indicare la giusta via per il raggiungimento della virtù, vera ed unica ricchezza dell'anima.

In quest'ottica, Socrate è il filosofo per eccellenza, il quale, per la prima volta nella storia del pensiero occidentale, abbassa gli occhi dal cielo per puntarli in quelli di ogni uomo e portare, secondo una celebre espressione di Cicerone, "la filosofia dal cielo sulla terra". Con lui si compie una rivoluzione che da sola basta a proclamarlo il fondatore della filosofia morale. Werner Jaeger scrive in proposito che "quello che colpisce è che Socrate [...] quando pronuncia la parola *anima* vi pone sempre come un fortissimo accento e sembra avvolgerla in un tono appassionato ed urgente, quasi di rievocazione. Prima di lui labbro greco non aveva mai pronunciato così questa parola [...] Per la prima volta nel mondo greco, l'anima viene considerata la sede della sapienza e della consapevolezza individuale